

São Paulo, 22 de maio de 2018
SBPC-081/Dir.

Excelentíssimo Senhor
Ministro GILBERTO KASSAB
Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)
Brasília, DF

Senhor Ministro,

Temos discutido com a direção da Sociedade Astronômica Brasileira, uma importante entidade científica afiliada à SBPC, a situação da adesão do Brasil ao European Southern Observatory (ESO). A SBPC considera muito relevantes as parcerias e colaborações internacionais para a ciência brasileira e a qualidade científica e tecnológica do projeto ESO é indiscutível. Haveria certamente um impacto positivo, com a entrada no ESO, para a astronomia e a física brasileiras, com repercussões significativas também para a formação de recursos humanos e para o desenvolvimento da área de instrumentação, além do reconhecimento internacional que tal acordo traria para a ciência brasileira. Infelizmente os cortes drásticos nos recursos para C&T do MCTIC têm prejudicado seriamente projetos científicos importantes para o país, tanto nacionais quanto internacionais, como apontado por nossas entidades científicas. Por outro lado, a CAPES e o CNPq têm insistido corretamente na importância da internacionalização da ciência brasileira, o que só pode ocorrer com recursos adequados. Certamente deve ser realizada uma discussão cuidadosa das vantagens, e eventuais desvantagens, e da adequação dos diversos projetos internacionais para a ciência brasileira e para o país, particularmente em um momento de redução severa nos recursos.

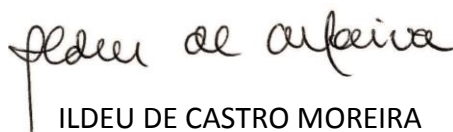
Em um seminário organizado recentemente pela SBPC para debater propostas de políticas públicas para CT&I, a serem apresentadas aos candidatos presidenciais neste ano, o seguinte ponto foi destacado: “O cumprimento dos acordos internacionais em andamento na área científica e o apoio à participação do Brasil nos grandes programas internacionais de pesquisa que forem julgados adequados para o país”. A ABC apontou uma proposta similar em seu “Documento da ABC aos Candidatos à Presidência do Brasil”: “Promover e cumprir os acordos internacionais assinados e em andamento e dar o devido suporte à participação efetiva do Brasil nos grandes programas internacionais de pesquisa.”

O consórcio ESO suspendeu a participação do Brasil, após sete anos de espera do cumprimento de todas as etapas do acordo. No entanto, as portas permanecem abertas para futuras negociações; para que uma retomada do acordo venha a ocorrer será importante discutir também o montante de recursos envolvidos, que é alto para a situação atual de penúria de recursos para investimento na CT&I no Brasil. Isto poderia ocorrer por meio de negociações bem conduzidas e, possivelmente, com uma adesão parcial. Acreditamos por isto,

como a ABC, que é muito importante a solicitação da Sociedade Astronômica Brasileira (SAB) para que se forme uma comissão com a finalidade de discutir possibilidades de adesão modificada ou parcial do Brasil ao ESO e a busca de uma solução a longo prazo.

Por outro lado, entendemos que seria também imprescindível um envolvimento maior do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) na discussão das questões maiores da CT&I brasileira, em particular naquela dos grandes programas e projetos de cooperação internacional da ciência brasileira. Seria importante que o CCT, em particular por meio de sua Comissão Temática VI - Financiamento, Cooperação Internacional, Acompanhamento e Avaliação, se debruçasse sobre este ponto para analisar a situação dos diversos projetos internacionais de maior envergadura, traçar políticas gerais e acompanhar o desenrolar dessas ações de cooperação internacional da ciência e tecnologia brasileira. Lembramos que a SBPC, a ABC e as demais entidades representantes da comunidade científica e tecnológica no CCT têm insistido sobre a necessidade de convocação do CCT pleno, que não se reúne desde o final de 2016.

Certos de contar com a consideração de Vossa Excelência sobre as solicitações aqui expostas, despedimo-nos atentamente,



ILDEU DE CASTRO MOREIRA
Presidente da SBPC

C/c: Elton Santa Fé Zacarias, Secretário Executivo do MCTIC;
Álvaro Toubes Prata, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, MCTIC.